

Eleição de deputados recebeu verba de regionais

Campanhas de Zé Índio e Conte Lopes, ambos do PPB, tiveram ajuda de administradores

ALCEU LUÍS CASTILHO

A campanha do deputado federal e ex-vereador José Índio Ferreira do Nascimento (PPB-SP) teve a ajuda em dinheiro de dois administradores regionais – um atual, outro demitido há dois meses. Um deles, Arlindo Afonso Alves, era administrador da Mooca até janeiro, indicado por Zé Índio quando era vereador. Alves estava no cargo desde a gestão de Paulo Maluf (PPB) e não era funcionário de carreira. A doação do administrador ao padrinho político foi de R\$ 6 mil, nos dias 8 e 9 de outubro, mais de duas vezes o seu salário líquido na Prefeitura.

Além das informações obtidas pelo Estado, o Ministério Público Estadual também investiga a ligação entre administrações regionais e campanhas de deputados do PPB. O deputado estadual Conte Lopes (PPB) admitiu ontem que recebeu contribuição de campanha do ex-administrador regional do Jaçanã-Tremembé Gildo Benício dos Santos, que foi o primeiro da lista de doações para o parlamentar, com R\$ 4,5 mil. “Doei também 2 mil canetinhas e fiz reuniões para a campanha”, disse o ex-administrador. A regional é controlada pelo sobrinho de Conte, o vereador Cosme Lopes (PPB).

O outro ex-funcionário da Mooca a doar dinheiro para a campanha de Zé Índio foi o atual admi-

nistrador da Lapa, o engenheiro de carreira Edson Penas Batista. Sua contribuição foi de R\$ 2,7 mil. Na época, ele era supervisor de Uso e Ocupação do Solo da regional da Mooca – subordinado, portanto, a Arlindo Alves –, tinha salário entre R\$ 2 mil e R\$ 3,6 mil e era responsável pelas fiscalizações. Na lista de doações, seu nome aparece acima do de Maurício Ferreira do Nascimento, irmão do deputado e tesoureiro da campanha.

A regional da Mooca é uma das mais citadas nas denúncias feitas pela população no Disque-Denúncias do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gae-co). Tanto o nome de Alves como o de Maurício são citados várias vezes como líderes do recolhimento de propinas na região. O irmão e assessor de Zé Índio trabalhava na própria regional.

Amigos – Zé Índio, que deixou a Câmara Municipal para concorrer a deputado federal nas eleições do ano passado, explicou que, durante a campanha, normalmente surgem despesas imprevistas e os “amigos” acabam colaborando. “Em oito ou dez meses, as quantias doadas por essas pessoas às quais você se refere não representam muita coisa.”

16.10.98	607323	Dinheiro	Edson Penas Batista	349.15887804	2.809,28	2.700,00
16.10.98	607324	Cheque	Maurício Ferreira do Nascimento	521.04714887	2601,18	2.500,00
01.10.98	607325	Espécie	Digitto Três Ltda - ME	60900073/000	15.607,11	15.000,00



Robson Fernandes/AE-17/3/99

O deputado estadual Conte Lopes: contribuições de R\$ 4,5 mil de administrador do Jaçanã, regional controlada por seu sobrinho



José Corderiro/AE-18/12/96

Deputado José Índio: R\$ 8,7 mil doados por administrador e supervisor de Uso e Ocupação da Mooca, regional mais citada nas denúncias

DATA	NÚMERO DOS RECIBOS	ESPÉCIE DO RECURSO	DOADOR/CONTRIBUINTE	CGC/CPF	VALORES	
					UFIR	R\$
21/07/98	605701	DINHEIRO	ROBERVAL CONTE LOPES LIMA	11067838800	10.885,96	10.492,50
11/08/98	605704	CHEQUE	ROBERVAL CONTE LOPES LIMA	11067838800	10.404,74	10.000,00
18/08/98	605705	DINHEIRO	ROBERVAL CONTE LOPES LIMA	11067838800	10.885,96	10.462,50

Ele disse conhecer todas denúncias existentes relacionadas à Administração Regional da Mooca e garantiu que a “maioria não tem consistência”. “Pela importância que é, acham que eu iria me comprometer em qualquer nível por

causa de R\$ 6 mil ou R\$ 2 mil?”

“Se conseguirem alguma prova contra a minha pessoa, eu abro mão da imunidade parlamentar para que me processem com facilidade”, prometeu. “Por que não vão atrás dos bacanas, que gasta-

ram milhões na campanha, ao contrário de ficar procurando coisas onde não existem?” A campanha de Zé Índio custou R\$ 245 mil.

Segundo o delegado Naief Saad Neto, as informações devem motivar mais um inquérito policial, entre os vários já instaurados sobre a máfia dos fiscais.

Desconhecidos

O caixa de campanha para reeleição do deputado estadual Conte Lopes (PPB) foi abastecido com dinheiro de três pessoas físicas, além do próprio parlamentar, e quatro empresas. Gildo Benício dos Santos saiu em fevereiro da regional do Jaçanã-Tremembé. Ele fez a doação de R\$ 4,5

mil em julho. Seu salário líquido era de R\$ 2,7 mil. “Tenho também aposentadoria de R\$ 4 mil como professor de educação física”, disse. “Participei da campanha como cidadão, não como regional.”

De acordo com a declaração entregue ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Santos foi o primeiro da lista de doações, à exceção do próprio deputado, que investiu R\$ 30,9 mil em sua reeleição. O ex-administrador foi indiciado pela polícia por omissão, no caso dos loteamentos clandestinos na região da Serra da Cantareira. Ele é citado em vários depoimentos que ligam o vereador Cosme Lopes e a admi-

nistração regional às propinas para fiscais.

Após o nome de Santos, aparecem na declaração de campanha de Lopes somente mais duas pessoas físicas (Ligia Aparecida de Souza e Marcia Esteves Batista) e quatro empresas: uma de lajes, uma de importação e exportação, uma transportadora e uma administradora. O total gasto por Lopes na reeleição foi de R\$ 66,9 mil.

O deputado diz não conhecer Ligia, Márcia nem as empresas. “O Gildo conheço há 40 anos, mas nunca pisei na regional”, disse. “Ele é que tem de explicar por que doou o dinheiro.” Conte Lopes disse inicialmente ao Estado que nem sabia onde ficavam os loteamentos clandestinos. Lembrado que alguns deles ficam bem próximos da casa de seu sobrinho, ele mudou a frase. “Não é que eu não conheço, é que nunca me envolvi com a clandestinidade.”

O tesoureiro e coordenador da campanha de Conte Lopes foi o coronel Francisco Abelardo Conte Lima, seu irmão. Ele é chefe de gabinete de Cosme Lopes na Câmara Municipal, com salário aproximado de R\$ 5 mil. Segundo os funcionários do gabinete, ele não compareceu ontem à Câmara.

Sobre o fato de ter doado R\$ 30 mil para a campanha por um cargo cujo salário é de R\$ 6 mil, Conte Lopes disse que a quantia é justificável por causa da ajuda de custo para cada gabinete. “Ela existe justamente para compensar a campanha.” (Colaborou Flávio Mello)

■ Mais informações nas páginas 2, 3 e 4